



ANDES-SN vai pautar greve geral contra Reforma da Previdência



Aprovada paridade de gênero para a diretoria do ANDES-SN
pg. 5

Docentes negras e negros compartilham experiências de vida
pg. 11

ANDES-SN reafirma combate ao projeto Escola sem Partido
pg. 8

Carta de Belém



Já na madrugada de 3 de fevereiro, o 38º Congresso do ANDES-SN encerrou seus trabalhos.

Com o tema Por Democracia, Educação, Ciência, Tecnologia e Serviços Públicos: em defesa do trabalho e da carreira docente, pela revogação da EC/95, realizou-se, entre os dias 28 de janeiro e 2 de fevereiro de 2019, na bucólica cidade de Belém, capital do Estado do Pará, o 38º Congresso do ANDES-Sindicato Nacional, sediado pela ADUFPA Seção Sindical. O congresso contou com a presença de 391 delegado(a)s e 157 observador(a)s que representaram 79 seções sindicais de todo o país, além de 40 diretores(a)s e 10 convidados(a)s. O Congresso reafirmou a concepção de sindicato classista e pela base com ampla democracia interna na esteira da história do Sindicato Nacional, além de sinalizar, desde a sua mesa de abertura, a necessidade de construção da ampla unidade entre diversas entidades da classe trabalhadora em luta contra as medidas que intensificam a retirada de direitos.

A vivacidade da Cabanagem, como produto da resistência e unidade entre os povos indígenas, ribeirinhos, negros e negras, esteve presente nos cânticos e nas danças, do Carimbó e do Siririá, protagoni-

zadas pelo Grupo de Cultura Regional Iaçá na abertura do Congresso. As batalhas no mundo da ação política perpetradas pelo seringalista Eduardo Angelim, as letras, cânticos e ritmos dos mestres Cupijó, Vieira e Verequete, que resistem ao processo de aculturação no coração dos povos da Amazônia, constituíram o rio que desembocou na mesa de abertura.

O 38º Congresso do ANDES-SN foi marcado desde o seu início pela disposição de resistência expressa nas falas de saudação e contrárias às medidas do governo de extrema-direita de Bolsonaro, que anuncia o prelúdio de um tempo de grande ameaça aos direitos conquistados pelo(a)s trabalhador(a)s no Brasil. No caminho da conformação da Frente Nacional Unitária a composição da mesa expressou a luta dos remanescentes de Quilombolas, além de contar com um representante dos povos indígenas por meio do primeiro professor indígena da UFPA, da etnia Uirá, que salientou a necessidade de enfrentamento às medidas contrárias aos direitos dos povos indígenas, especialmente a Medida Provisória nº 870/19, que transferiu para o Ministério da Agricultura, Pecuária e

Abastecimento a identificação, delimitação, reconhecimento e demarcação das terras indígenas.

A conclamação à unidade também foi exaltada na saudação realizada pelo representante do Movimento de Atingidos por Barragens (MAB), ao destacar o crime ambiental praticado pela expressão da exploração da natureza dos representantes do capital a partir do rompimento da Barragem I da Mina Córrego do Feijão, da empresa Vale S.A., na cidade de Brumadinho (MG), que tirou a vida de centenas de seres humanos e assassinou o rio Paraopeba, fauna e flora daquela região, no início da tarde do dia 25 de janeiro. Já na plenária de instalação foi aprovada, por unanimidade pelo(a)s congressistas, uma moção de repúdio ao crime ambiental e de solidariedade à população de Brumadinho.

A Plenária do Tema I - Movimento docente, conjuntura e centralidade da luta, expressou a riqueza e o rigor na análise realizada pelo(a)s congressistas, com a apresentação dos distintos textos que contribuíram com o desenvolvimento do debate. O inimigo de classe é único. Essa constatação foi categórica no conjunto das

EXPEDIENTE

O Informandes é uma publicação do ANDES-SN // site: www.andes.org.br // e-mail: imprensa@andes.org.br

Diretor responsável: Cláudio Mendonça

Redação: Renata Maffezoli MTb 37322/SP // Bruna Yunes DrT-DF 9045 // Mathias Rodrigues MTb 10126/PR

Editor-chefe: Carlos Eduardo Batista MTb 54262/SP // Fotos: Imprensa ANDES-SN, Maycon Nunes, Pedro Guerreiro // Diagramação: Rafael L. Nogueira

intervenções ao explicitar que as ações do governo federal, apontando amplos retrocessos, são expressão do projeto do capital. Retrocessos que passam pela negação das garantias do direito de existir, a partir do momento em que se ampliam os índices de feminicídio, de violência contra o(a)s LGBTQ+ e os assassinatos dos negros e negras nas periferias, assim como as medidas do governo Bolsonaro contrárias à garantia dos direitos fundamentais, como a Previdência pública, a Educação e a Saúde públicas e gratuitas, o direito ao trabalho, a defesa da natureza e dos povos originários. Também marcou os debates que construíram a centralidade da luta do sindicato para o próximo período a necessidade de lutar pela revogação da EC/95, da terceirização e o conjunto de retirada de direitos que se intensificam. Nesse contexto, a saída apontada pela plenária foi uníssona para a centralidade da luta. Em demonstração ao máximo esforço de unidade para resistir, em direção a livre expressão, organização e manifestação é necessário construir uma Frente Nacional Unitária, como espaço de aglutinação para as lutas, contribuindo assim para barrar os retrocessos e avançar na organização da classe trabalhadora. Os debates apontaram para o avanço da extrema direita no Brasil e em outras partes do mundo e também registrou a resistência de diferentes segmentos da classe trabalhadora para lutar contra a retirada de direitos.

Dentro da construção do Plano Geral de Lutas para o período que se inicia, nos marcos da ascensão de um governo de extrema direita, a formação político-sindical da categoria foi uma das pautas do(a)s congressistas. O plano de lutas expressou ainda a indicação das bases, expressa nas posições do(a)s congressistas de fortalecerem as bases para a construção da Frente Nacional Unitária, o compromisso de intensificar todos os esforços para a realização do III Encontro Nacional de Educação em conjunto com a Frente Nacional Escola sem Mordada e o Fórum Sindical, Popular e de Juventudes por direitos e liberdades democráticas que ganham contorno nos variados estados do Brasil e fortalece as organizações nacionais que se encontram à frente desses instrumentos de luta forjados pela classe trabalhadora na defesa da educação pública, gratuita, autônoma, democrática, laica, de qualidade e socialmente referenciada.

Impulsionar ferramentas para fazer frente às violações ao direito de ensinar e aprender imerso numa sociedade em que os preceitos democráticos precisam

balizar as ações humanas, esteve presente nas intervenções de mulheres e homens que debateram as distintas formulações em direção à defesa da valorização do papel social das instituições de ensino e do(a)s professore(a)s. Ratificando, por fim, a defesa da liberdade de cátedra, da educação pública, das entidades sindicais, estudantis e movimentos sociais que lutam pela pauta da educação como ações necessárias para enfrentar o esvaziamento das escolas e universidades públicas, qualquer possibilidade de sua privatização, assim como enfatizar as universidades, os institutos federais e os CEFET como estruturas para o amplo desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão, comprometidos com um projeto de sociedade que coloque em primeiro plano a defesa do ser humano e da natureza, portanto, um projeto para além do capital. Também foi reafirmada a defesa intransigente dos ainda frágeis processos democráticos das universidades, Institutos Federais e CEFET, em especial no que tange a eleição do(a)s reitor(a)s. Reafirmamos nossa disposição de lutar contra os processos autoritários que tentem intervir na autonomia das instituições Públicas de ensino, reafirmando que a eleição do(a)s dirigentes deve se encerrar no interior da própria instituição. Reafirmamos ainda a necessidade de avançar na luta contra o capacitismo e a defesa da garantia dos direitos das pessoas com deficiência.

Em direção ao permanente combate às opressões etnicorraciais, de gênero e sexuais, a categoria docente presente no 38º Congresso não deixou de lembrar a morte do Mestre Moa do Katendê, expressão do avanço do preconceito radicalizado contra a cultura afro-brasileira. De igual modo, o(a)s congressistas destacaram, para não se perder na história, a necessidade de se identificar os mandantes e os responsá-

veis pelo assassinato político de Marielle Franco, ex-vereadora (PSOL/RJ) e do seu motorista Anderson Gomes, ocorrido em 14 de março de 2018. A memória da luta travada por Marielle foi lembrada durante a realização do ato político no 38º Congresso pelo(a)s congressistas com faixas e cartazes, em que se destacou a luta permanente contra a desigualdade de gênero e o genocídio da negritude.

Para fazer avançar as pautas, o(a)s congressistas aprovaram a delimitação do dia 28 de junho (Dia Internacional do Orgulho LGBTQ+) como uma data de luta nacional contra a LGBTQ+fobia no interior das IFES/IEES/IMES. A intensificação da defesa pela descriminalização e legalização do aborto articulada com as pautas das mulheres foram pontos de debate pela categoria. Nesse particular, um grande e importante avanço sobre a paridade de gênero para a composição da diretoria nacional do ANDES-SN, foi aprovado a partir de acalorado debate nos grupos e na plenária, que deverá ser implementado a partir da próxima diretoria nacional, portanto, um importante avanço na luta permanente contra a opressão de gênero que é estruturante na sociedade capitalista. Definiu ainda que no dia 8 de março o sindicato nacional colocará para deliberação das bases a adesão à Greve Internacional das Mulheres, com paralisação nas instituições de ensino. Ainda na esteira da luta a aprovação do dia 14 de março como dia nacional de luta contra a criminalização dos movimentos e dos lutadores sociais, data em que será lembrado o assassinato de Marielle e Anderson. Além disso, para o segundo semestre, a necessária construção dos dias nacionais de lutas contra o assédio moral e sexual e a luta contra o racismo.

No âmbito do conjunto das lutas aprovadas pelo sindicato nacional foi reafirmada a necessidade de intensificação



Na mesa de encerramento, a presidente da Adufpa-SSind., Rosimê da Conceição Meguins faz sua saudação final.



Delegados debatem nos Grupos Mistos.

do trabalho de base, e das lutas relativas às questões ambientais, a defesa da Previdência, Educação e da Saúde Pública, a defesa da estruturação da carreira docente das instituições federais de ensino, o financiamento público para a política de ciência e tecnologia. Mais do que nunca, a categoria de professoras e de professores que constróem, coletiva, democrática e cotidianamente o ANDES-SN, se vê diante de uma conjuntura de ampla retirada de direitos e de ataques. A batalha que se abrirá, com a intensificação dos retrocessos e do desmonte dos serviços públicos, exige da categoria um amplo esforço em construir lutas unitárias, o que se coloca como centralidade para o próximo período, em especial no combate a contrarreforma da previdência, em ampla articulação com outras entidades, centrais sindicais e movimentos sociais, apontando a necessidade de construção da greve geral.

Essa conjuntura se expande para os governos estaduais e municipais, que se alinham e se colocam como base de sustentação do governo federal para fazer coro com o discurso da extrema direita. Colocar, na ordem do dia, a defesa da carreira docente, a necessária recomposição do financiamento público para as IIES/IMES, a garantia da autonomia universitária, a defesa das liberdades democráticas, a delimitação de uma ampla política de ciência e tecnologia, são eixos para impulsionar o processo de resistência nos diversos setores.

Com grande sensibilidade o tema da política agrária, urbana e ambiental foi debatido pelos/as congressistas, considerando o impacto do crime ambiental ocorrido em Brumadinho (MG). Em ampla articulação com a centralidade, a defesa da necessária articulação com entidades de classe e movimentos sociais que defendam os direitos dos povos indígenas e das populações quilombolas e ribeiri-

nhas, foi reafirmada pela categoria. Assim como a permanente denúncia, nacional e internacionalmente, dos massacres, das perseguições, das torturas, das prisões, das chacinas, dos assassinatos e a da criminalização de trabalhadore(a)s rurais e urbanos.

Como parte das atividades que ocorreram durante o 38º Congresso e na defesa dos povos indígenas, vários(a)s congressistas participaram do ato nacional, no dia 31 de janeiro, como parte das ações da Mobilização Nacional Indígena em resposta aos ataques do governo Bolsonaro aos direitos dos povos indígenas. A atividade foi convocada, nacionalmente, pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) e, em Belém, o ato foi organizado por uma ampla frente de entidades, dentre elas, o Fórum da Amazônia Oriental (FAOR), o Movimento Xingu Vivo, o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), a CSP-Conlutas (PA) e o ANDES-SN. Os movimentos e entidades sindicais protagonizaram um grande Ato Político-Cultural, com a presença de povos indígenas, com manifestação de rua sob as mangueiras da Praça da República e da Av. Nazaré.

Os acalorados debates nos grupos mistos e nas plenárias, durante os seis dias de congresso, na beira do Rio Guamá, com a máxima expressão etimológica do “rio que chove”, constituíram a expressão fática da categoria docente que se coloca de modo incansável na defesa do projeto histórico da classe trabalhadora a fim de enfrentar, com a máxima unidade na ação, os grandiosos desafios que a conjuntura apresenta.

Com alegria o(a)s congressistas aprovaram a homologação da incorporação do SINDIPROL-ADUEL como seção sindical do ANDES-SN, expressando a força que o movimento docente tem para resistir e a necessidade de intensificar o trabalho de base. Também foi em clima de festa que o(a)s congressistas deliberaram pela realização do 39º Congresso na USP, a ser sediada pela ADUSP-Seção Sindical.

O 38º Congresso recebeu, no marco da

história do movimento docente, dez painéis em comemoração aos 40 anos das primeiras seções sindicais, com exposições fotográficas, documentários e memórias do início do movimento docente que construiu, em 1981, a Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior. Os painéis foram organizados pela ADUA, ADUFES, ADUFF, ADUFMAT, ADUFPI, ADUFRJ, ADUFU, ADUNIRIO, APRUMA e ASDUERJ, que demarcaram as suas gêneses nos idos de 1978/1979, a partir da ampliação da luta contra o regime militar (1964-1985) e de ascensão do movimento sindical no país.

Também marcou o 38º Congresso do ANDES-SN a realização do espaço de convivência, que acolhendo 11 crianças, permitiu a responsáveis a participação nos grupos de trabalho e nas plenárias, experiência que vem sendo aprimorada buscando garantir condições de militância para o(a)s sindicalizado(a)s.

A plenária final ocorreu no início da madrugada do dia 3 de fevereiro, momento em que as águas do Rio Guamá, que percorre a paisagem da UFPA, encontravam-se em calmaria. Nutrido(a)s pela experiência de resistência que marca a história do povo cabano e embalado(a)s pelas batidas que animam a alma do(a)s que escutam a sonoridade vigorosa do carimbó, o 38º Congresso teve fim com o sentimento de que, mais uma vez e em novo patamar, é necessária a resistência da classe trabalhadora contra a exploração do capital e dos governos que intensificam e defendem a opressão de classe. Nos despedimos, portanto, com a leveza poética de Rui Barata, que deixa na memória a certeza da perspicácia.

PRIMEIRO DE MAIO

**Surja esse verso de maio,
trazido pelos arcanjos,
um verso que faça maio,
o maio dos desenganos,
e fel transforme em doçura,
rendilhando de ternura,
os meus fracassos humanos.**

**Um verso que me decifre,
nas horas de ansiedade,
que não sendo antologia,
seja a minha humanidade,
levando por onde for,
os meus suspiros de amor
e gritos de liberdade.**

**Um verso assim como esse:
"Proletários de todo o mundo,
(uni-vos)" .**

Congresso aprova **paridade de gênero** para a diretoria do ANDES-SN

O 38º Congresso do ANDES-SN aprovou por esmagadora maioria a paridade de gênero para a diretoria do Sindicato Nacional. Com essa decisão histórica, o ANDES-SN instituiu um mecanismo que fortalece a participação de mulheres nos espaços de decisão e de direção.

Primeiro, foi aprovada a paridade de gênero na composição da diretoria do Sindicato Nacional. Em seguida, procedeu-se a votação de que forma se dará a paridade. Aprovou-se que, no mínimo, seis mulheres deverão ocupar os 11 cargos do bloco nacional da presidência, secretaria e tesouraria. Entre as 72 pessoas das direções regionais, deverá haver no mínimo 36 mulheres, somando todas as regionais. Também deverá haver no mínimo 50% de mulheres em todas e em cada uma das vice-presidências regionais (1ª e 2ª vice-presidências regionais).

Durante a discussão, foi lembrado que há um grande número de mulheres na categoria docente e também entre os delegados do 38º Congresso. No entanto, a presença feminina habitualmente não é representada na composição da direção do sindicato. Também foi ressaltado que a paridade ganha ainda mais importância em meio às medidas e declarações do governo federal, que ataca o direito das mulheres.

Qelli Rocha, 1ª vice-presidente do ANDES-SN, lembrou em sua intervenção, a importância da paridade. “A mulher,



Entre abraços e lágrimas, delegadas comemoram a aprovação da paridade de gênero para a diretoria do ANDES-SN.

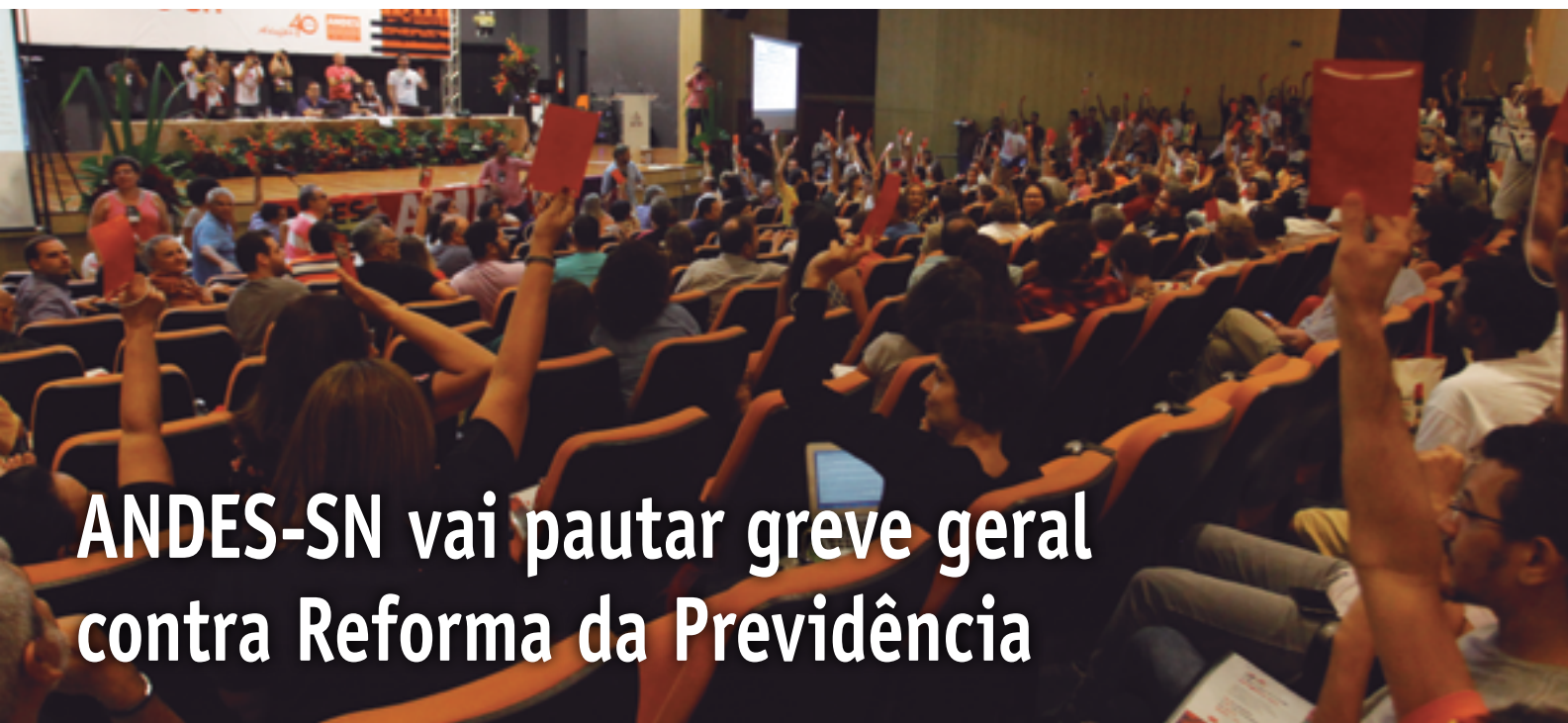
quando faz política, é sempre desqualificada. O que as mulheres querem com a paridade é isonomia. Não é uma política de cotas porque as realidades regionais são distintas e estamos pensando em uma política de representação”, disse, citando que a luta das mulheres está revertendo a ideia de que cabe às mulheres apenas os espaços domésticos.

O debate foi marcado por momentos de grande emoção. Docentes de diferentes idades, seções sindicais e tempo de militância defenderam a aprovação da resolução. Citaram as dificuldades na militância por conta do gênero e ressaltaram a importância da decisão da política de paridade de gênero.

“O que as mulheres querem com a paridade é isonomia. Não é uma política de cotas porque as realidades regionais são distintas e estamos pensando em uma política de representação”, Qelli Rocha, 1ª vice-presidente do ANDES-SN

Lembraram a presença de mulheres em lutas históricas da classe trabalhadora de todo o mundo. Cantaram a canção Maria, Maria como um hino à resistência feminina e à luta das mulheres. Ressaltaram que diversas seções sindicais já adotam medidas semelhantes. Gritaram “Marielle, presente!”. E celebraram a aprovação da resolução com abraços e lágrimas.





ANDES-SN vai pautar greve geral contra Reforma da Previdência

Delegados aprovam luta contra a Reforma da Previdência

O ANDES-SN está na luta contra a Reforma da Previdência. Segundo a resolução aprovada durante a Plenária do Tema 2 no 38º Congresso do ANDES-SN, o Sindicato Nacional pautará a necessidade de uma nova greve geral no Brasil.

O Tema 2 debateu Políticas Sociais e o Plano Geral de Lutas. O Sindicato Nacional aprovou construir, via secretarias regionais, plenárias estaduais como preparação para a plenária das centrais sindicais.

Os delegados também aprovaram a participação na construção da Greve Internacional das Mulheres, em 8 de março. O ANDES-SN indicou a paralisação dos docentes neste dia.

“Paralisar e mobilizar no 8 de março é dar uma resposta aos ataques e retrocessos deste governo miliciano e de extrema direita, assim como aos ataques da extrema direita no mundo. É fundamental que as seções sindicais se envolvam e participem ativamente das atividades”, defendeu a 1ª secretária do ANDES-SN, Caroline Lima, durante a votação do tema.

A docente lembrou o protagonismo “fantástico” das mulheres nas lutas recentes do país, como os atos do “Ele Não” e os números gritantes de feminicídios no país. Só no primeiro mês de 2019, mais de 100 feminicídios foram registrados no Brasil.

Após extenso debate, os docentes deliberaram que o ANDES-SN deve ampliar a mobilização contra a criminalização do movimento sindical e social. Essa mobilização também abrangerá a luta contra prisões

arbitrárias de militantes, em defesa dos perseguidos políticos e pela libertação de todos os presos políticos. O 38º Congresso indicou às suas seções sindicais a participação em comitês pelas liberdades democráticas e pelos direitos sociais, incluindo os que tenham como consigna “Lula Livre” e que explicitem pautas defendidas pelo Sindicato.

Para o presidente do ANDES-SN, Antonio Gonçalves, as deliberações da Plenária apontam para o fortalecimento da unidade da classe trabalhadora. “O Congresso foi um momento de debate aprofundado sobre a situação da categoria docente na perspectiva do classismo. Podemos afirmar que é um momento histórico pela sua pauta e tamanho, o que nos anima dentro das possibilidades de construção da unidade”, disse.

Organizado pelo Sindicato Nacional com o apoio da Adufpa-SSind., o evento foi um dos maiores da história do movimento docente das instituições de ensino superior.

Política de Formação Sindical

A Plenária do Tema 2 teve início com a discussão dos Textos de Resolução (TRs) sobre Política de Formação Sindical. Foi aprovado que o ANDES-SN repasse para o Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (Fonasefe) a estrutura administrativa da CNESE e que priorizará a rearticulação da CNESE. O Sindicato Nacional continuará participando do Fonasefe como espaço que busca ações unitárias mais amplas.

Após o debate, foi definido que as seções sindicais com até duzentos filiados

que demandem a realização de palestras e cursos na base terão despesas custeadas pelo caixa nacional. “Isso é muito importante para que a gente possa contribuir na estruturação das seções sindicais que têm muita dificuldade financeira. Foi um ânimo a mais para as pequenas seções sindicais”, avalia Antonio.

O ANDES-SN também organizará cursos descentralizados de formação com o tema “Da ANDES ao ANDES-SN: o movimento do movimento docente, contradições e desafios”. Também será realizada uma nova edição do Curso Nacional de Formação com o tema “Reorganização da classe trabalhadora e os desafios para o movimento docente”. A primeira etapa do curso, a ser realizada ainda neste semestre, será intitulada “Histórias do movimento docente: lutas por autonomia e liberdade, ontem e hoje”.

Outras deliberações foram: a elaboração de uma cartilha sobre a história do ANDES-SN; a sistematização de debates e resoluções do Sindicato Nacional sobre multicampia; a intensificação da luta pela Lei 12990/14, das cotas no serviço público; a realização de um Seminário Internacional em Brasília (DF) com o tema “Universidade, Ciência e Classe em uma era de crises”.

A plenária também aprovou que o ANDES-SN dará continuidade à participação no Fórum Sindical, Popular e de Juventudes por Direitos e pelas Liberdades Democráticas, com a perspectiva de organização da classe.

Assembleia da Classe Trabalhadora reúne 10 mil em São Paulo

Com a presença de trabalhadoras e trabalhadores de várias partes do país, as centrais sindicais brasileiras realizaram no dia 20 um forte ato político. A Assembleia da Classe Trabalhadora reuniu cerca de 10 mil pessoas na Praça da Sé, no centro de São Paulo. Na pauta, a organização da luta contra a Reforma da Previdência, apresentada hoje pelo governo federal no Congresso Nacional.

O ANDES-SN e diversas seções sindicais estiveram presentes na atividade na capital paulistana. O presidente do Sindicato Nacional, Antonio Gonçalves, ressaltou a importância do ato, que contou com a participação de docentes de todo o país.

“Hoje é um dia histórico para nossa classe. O ANDES-SN esteve presente com seus diretores e diversas seções sindicais também participaram nesse grande dia de mobilização nacional. Compareceram milhares de pessoas



com intervenções de entidades, movimentos sociais e também das centrais sindicais no carro de som. Foi um ato muito importante para impulsionar a luta contra a contrarreforma da previdência”, ressaltou.

Com a presença de trabalhadoras e trabalhadores de várias partes do país, as centrais sindicais brasileiras realizaram no dia 20 um forte ato político. A Assembleia da Classe Trabalhadora reuniu cerca de 10 mil pessoas na Praça da Sé, no centro de São Paulo.

Mais de 50 entidades vão a lançamento do Fórum por Direitos e Liberdades

Mais de 50 entidades participaram, no dia 19, do lançamento do Fórum Sindical, Popular e de Juventudes por direitos e liberdades democráticas. O evento aconteceu na sede da Apeoesp, em São Paulo (SP), e o público lotou o auditório da entidade. Diretores do ANDES-SN estiveram presentes, juntamente com representantes de diversas seções sindicais.

O Fórum tem como objetivo a construção de uma ampla unidade para lutar contra os ataques à classe trabalhadora. A participação do ANDES-SN nesse espaço, bem como no processo de reorganização da classe trabalhadora, é uma deliberação congressual.



Mais de 50 entidades participaram, no dia 19, do lançamento do Fórum Sindical, Popular e de Juventudes por direitos e liberdades democráticas.

ANDES-SN reafirma **combate ao projeto Escola sem Partido**

O 38º Congresso do ANDES-SN, que terminou na madrugada do dia 3, em Belém (PA), reafirmou o projeto do Sindicato Nacional para a educação pública. Os delegados aprovaram fortalecer a Frente Nacional Escola Sem Mordança, como forma de combater o projeto Escola Sem Partido.

Segundo a resolução, o ANDES-SN vai “incentivar a participação das seções sindicais nas Frentes Regionais/Estaduais ou outras iniciativas e indicar, onde não houver, a criação desses espaços”.

Os delegados também aprovaram que o ANDES-SN deve “incentivar que as seções sindicais realizem debates, aulas públicas e atividades sobre democracia, autonomia, liberdade na educação, combate ao Projeto Escola sem Partido”.

Ao longo de todo o 38º Congresso, os delegados defenderam a educação pública, gratuita, de qualidade, socialmente referenciada e que combata todas as formas de opressão. Esses foram temas comuns nas intervenções e deliberações nos grupos mistos e nas plenárias do evento.

De acordo com a deliberação, o Sindicato Nacional deve promover ações multimídias para defender e valorizar o papel social

dos professores. A decisão visa enfrentar a tentativa de destruição da identidade da categoria, promovida por campanhas difamatórias. A cartilha Projeto do Capital para a Educação será atualizada, incluindo temas como as políticas de inclusão para as pessoas com deficiência.

Os delegados também decidiram intensificar a construção do III Encontro Nacional de Educação (ENE), que ocorrerá de 12 a 14 de abril, em Brasília. Segundo a resolução, o ANDES-SN deve aumentar os esforços para agregar entidades e movimentos na construção do evento.

O ANDES-SN também deve enfrentar as tentativas de regulamentação da educação domiciliar de crianças e adolescentes em idade escolar. Esse enfrentamento deve se dar em parceria com entidades e movimentos sociais.

O 38º Congresso também decidiu intensificar a luta contra a educação a distância na educação básica e no ensino superior. Os delegados aprovaram que o ANDES-SN deve lutar pela revogação da portaria 1.428/18 e do decreto 9.057/17. A portaria amplia para 40% a carga horária à distância dos cursos presenciais. Já o decreto institui os profissionais da

educação com notório saber, para exercer o papel de professor na modalidade EAD. A resolução visa combater a precarização do trabalho docente.

Em defesa da autonomia universitária, prevista na Constituição Federal, os delegados aprovaram lutar pela revogação da Lei 9.192/95. A normativa “regulamenta o processo de escolha dos dirigentes universitários”. De acordo com a resolução aprovada, além da revogação dessa lei, o ANDES-SN vai defender “o direito à realização de escolha autônoma de reitores das Universidades Federais e o respeito com o seu resultado”.

Saúde – O Congresso do ANDES-SN também aprovou propostas voltadas à saúde, seguridade social e assuntos de aposentadoria. Em conjunto com a Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde, será elaborado um dossiê sobre a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH) e a defesa do SUS 100% estatal.

Os docentes decidiram, ainda, realizar uma Jornada de Mobilização dos Aposentados, no primeiro semestre deste ano, e o VII Seminário Nacional de Saúde do Trabalhador Docente, no segundo semestre.



Segundo a resolução, o ANDES-SN vai “incentivar a participação das seções sindicais nas Frentes Regionais/Estaduais ou outras iniciativas e indicar, onde não houver, a criação desses espaços”.

Docentes promovem ato por **Justiça para Marielle** no 38º Congresso do ANDES-SN



Docentes presentes no 38º Congresso do ANDES-SN fizeram um ato exigindo justiça pelos assassinatos de Marielle Franco, vereadora (PSOL/RJ), e o motorista Anderson Gomes. Os homicídios que ocorreram há quase um ano no Rio de Janeiro, seguem sem respostas e ainda não foram elucida-

dos pela Polícia Civil.

O ato político aconteceu no início dos trabalhos do dia 1º, quando os docentes entraram no auditório do Centro de Eventos Benedito Nunes com faixas e cartazes em memória à Marielle. Na pauta do protesto estava a luta contra a desigualdade de gênero e o genocídio da negritude.



São Paulo sediará 39º Congresso do ANDES-SN

Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo (Adusp – Seção Sindical do ANDES-SN) sediará, na capital paulista, o 39º Congresso do ANDES, que será realizado em 2019. A disputa foi acirrada. A Associação dos Professores da Universidade Federal do Rio Grande (Aprofurg-SSind), da cidade de Rio Grande (RS), também pleiteou receber o próximo congresso.

Os representantes da Adusp defenderam que o 39º congresso seja realizado em São Paulo, destacando a importância da luta docente no estado e na cidade. “Desde a Ditadura Militar e durante a luta pela redemocratização do país a USP foi e tem sido palco de resistência”, lembrou a docente Michele Schultz, presente no 38º Congresso.

Ela ressaltou que o governador de São Paulo, João Dória (PSDB), está alinhado com o governo Bolsonaro. “Realizar o congresso aqui será uma forma de resistência. As políticas do governo federal têm tido reflexo no estado”, disse.

A docente pontuou que a realização do congresso na capital paulista possibilitará a participação de mais seções sindicais. Além disso, São Paulo é um estado que “tem um conjunto de universidades públicas, tanto federais quanto estaduais”.

Essa será a segunda vez que a cidade de São Paulo receberá a instância máxima do Sindicato Nacional. Antes, a capital paulista recebeu, em 1989, o oitavo congresso do ANDES-SN.

Nova seção sindical



O 38º Congresso do ANDES – SN aprovou a incorporação do Sindicato dos Professores do Ensino Público Estadual de Londrina e Região (SINDIPROL-ADUEL) como seção sindical do Sindicato Nacional. Sua efetivação está condicionada a aprovação *a posteriori* do seu regimento nos termos do Estatuto do ANDES-SN.

Congresso orienta participação em processo de implantação de cotas



O 38º Congresso do ANDES-SN aprovou orientar as seções sindicais a participar do processo de implementação da legislação que regulamenta as cotas étnico-raciais no serviço público.

O 38º Congresso do ANDES-SN aprovou orientar as seções sindicais a participar do processo de implementação da Lei 12990/14. A legislação regulamenta as cotas étnico-raciais no serviço público. A orientação é pautada pelo princípio da democratização do acesso das pessoas negras à carreira docente. Essa foi uma das deliberações tomadas pela Plenária do Tema 2 – Plano de Lutas Geral.

Os delegados também decidiram incentivar o debate nas seções sindicais sobre cotas étnico-raciais para negros e negras nas instâncias do Sindicato Nacional. A deliberação sobre o tema deve ocorrer no próximo congresso. Também foi definida a defesa da ampliação da Lei Cotas nas instituições de ensino e ainda a luta por cotas para indígenas e quilombolas em concursos para docentes.

Na parte de História do Movimento Docente, foi deliberado que o ANDES-SN lutará pela permanência da gestão dos museus universitários nas instituições de ensino. A decisão também cobra a destinação de verbas públicas necessárias para sua manutenção.

GTPCEGDS

O Congresso deliberou intensificar o combate à LGBTTfobia nas instituições de ensino e integrar as mobilizações do Dia Internacional do Orgulho LGBTT em 28 de junho. Também foi aprovada a intensificação da luta pela descriminalização e pela legalização do aborto. No segundo semestre terá lugar o II Seminário Integrado do GTPCEGDS, com a realização dos Seminários Nacionais de Mulheres, de Diversidade Sexual e de Reparação e Ações Afirmativas.

O ANDES-SN também contribuirá política e financeiramente com os movimentos indígenas, incluindo o Acampamento Terra Livre, que ocorrerá em Brasília (DF).

Foi decidido que o Sindicato Nacional, via seções sindicais, defenderá a existência e os trabalhos das Comissões de Heteroidentificação para evitar fraudes nas políticas de cotas nas instituições de ensino.

Quanto aos espaços de convivência infantil nos eventos do ANDES-SN, foi deliberado que ele será oferecido em seminários nacionais desde que haja demanda. O espaço será garantido em momentos deliberativos quando houver prorrogação de plenárias.

Outra decisão importante foi a produção de cartilha de combate ao racismo e a produção de material de combate ao capacitismo. O ANDES-SN também apoiará a luta de comunidades quilombolas, pesqueiras, ribeirinhas e tradicionais de terreiro que sofrem ameaças dos megaprojetos do capital.

Carreira

O Congresso decidiu que o ANDES-SN estimulará a criação e consolidação do GT Carreira nas seções sindicais, e que ampliará a divulgação da proposta de carreira do Setor das Ifes e analisar de forma crítica a forma vigente.

Serão organizados seminários inter-regionais e um seminário nacional para tratar dos eixos e princípios da carreira do ANDES-SN. Por fim, se intensificará a defesa do regime de Dedicção Exclusiva (DE).



Um dos mais ricos momentos do congresso, os Grupos Mistos aconteceram nos dias 29 e 30 de janeiro.

Docentes negras e negros compartilham experiências de vida no 38º Congresso



As histórias de docentes negras e negros “são acidentadas pela origem familiar”, diz Luciane Soares da Silva, docente da Universidade Estadual do Norte Fluminense.

A infância na periferia, em geral, pobre. Os pais com baixa formação escolar. A criança negra vai para a escola pública tardiamente. Na universidade, ela não entra em qualquer curso. “Quando a gente chega na universidade, como a gente se mantém? E isso, a gente não está falando do assédio diário”. A descrição e o questionamento são da professora da Universidade Regional do Cariri (Urca), Zuleide Fernandes Queiroz.

Referindo-se às dificuldades que negras e negros têm para chegar e se manter na universidade, ela explica que as histórias de docentes negros e negras no ensino superior são semelhantes. “Depois vai ter a história: o primeiro filho formado”, conta.

Histórias semelhantes permearam encontro que docentes negras e negros promoveram no 38º Congresso do ANDES-SN. Seria uma roda de conversa e tornou-se um momento de compartilhamento de trajetórias de vidas. O encontro aconteceu na terça-feira (05), após os trabalhos dos Grupos Mistos. “Para a gente, é importante essa história, para a gente se encontrar. Mas principalmente para a gente encontrar a nossa ancestralidade”, enfatiza.

“Foi um momento bom de ouvir a história de vida, de luta e de resistência, principalmente das mulheres negras. Mas também conhecer o campo de atuação de cada um, das pesquisas que fazem, dos trabalhos de extensão e de como a gente converge para a ciência retroalimentar a nossa luta”, conta Junia Marise, professora da Universidade Federal de Viçosa (UFV).

Luciane Soares da Silva, docente da Universidade Estadual do Norte Fluminense

(UENF), diz que o objetivo do encontro foi reunir as experiências dos professores cujas trajetórias “são geralmente bastante acidentadas pela origem familiar, pela trajetória acadêmica que de certa forma chegam como professores às universidades”.

Apesar do número ainda baixo de docentes negras e negros nas universidades brasileiras, a riqueza da produção científica de negros e negras é inspiradora e contagiante. “Eu uso a expressão ‘estrago’”, diz Zuleide. “Na minha universidade, temos quatro grupos de pesquisa discutindo negritude. Hoje, eu sou uma professora negra, coordenadora de programa de pós-graduação, que tem uma linha de pesquisa diversidade”, explica.

“Temos grandes intelectuais negros, nós

produzimos conhecimento. Hoje nossos colegas são referência no debate sobre a violência contra a mulher, violência contra a juventude negra, na discussão de segurança pública”, afirma Zuleide.

Junia Marise explica que foi interessante perceber as pesquisas que estão sendo feitas por mulheres negras e como a atuação fora dos muros universitários fomenta a pesquisa. “Foi muito bacana descobrir que a nossa resistência não é só na prática, é também no campo teórico. Fortalecer o campo de estudo, fortalece, cada vez mais, nosso campo de prática”, disse.

Para Luciane, é urgente que mais negras e negros estejam nas universidades, produzindo conhecimento: “Mais do que uma questão de representatividade, compromete-se o próprio estatuto da ciência ao não garantir as questões linguísticas, de saúde, de alimentação e as questões de interação”, argumenta.

“Queremos levar isso para além do congresso do ANDES-SN. Acho que vamos constituir uma rede de intelectuais negros no Brasil”, diz Luciane Soares da Silva. Junia Marise concorda. Ela diz que a intenção é estreitar laços. “Outra coisa fundamental é sororidade, porque não tem sido fácil para nenhuma de nós. Então, esse grupo é uma forma de fortalecer e você saber: eu não estou sozinha”, concluiu.



“Temos grandes intelectuais negros. Nossos colegas são referência no debate sobre a violência contra a mulher, violência contra a juventude negra, na discussão de segurança pública”, diz Zuleide Fernandes (Urca).

Docentes comentam sua primeira participação em um Congresso do ANDES-SN

Fábio Bezerra é professor do Centro Federal de Educação Tecnológica, em Belo Horizonte. Embora esteja prestes a completar 30 anos de militância política, este foi o primeiro Congresso do ANDES-SN que ele participa. Para ele, o momento em que o 38º Congresso do ANDES-SN acontece é “extremamente diferenciado”. “Esse é um governo genuinamente de ultradireita, com características proto-fascistas em alguns aspectos”, avalia.

Para Bezerra, dependendo da correlação de forças, o governo pode assumir “uma postura mais reacionária do que tem tido e do que prometeu em campanha”. Em sua opinião, esse momento coloca uma grande responsabilidade política para congresso. “ANDES-SN poder sair daqui com uma pauta ousada de resistência e proativa. Ela se faz necessária, os desafios são muitos”.



Fábio Bezerra

Essa opinião é compartilhada por Fernanda Maria Vieira, docente da Universidade Federal do Rio de Janeiro. “O cenário que nós estamos nos obriga refletir e discutir a conjuntura”. Para a professora, o grupo político conservador que está no poder, “se alia a um projeto do capital de desmontar a universidade pública”.

“Mais do que nunca, precisamos estar unidos, refletindo sobre o papel desse patrimônio, que é a universidade pública, sobre o nosso papel como classe trabalhadora. A defesa intransigente pela democracia e dos direitos e não só dos professores”, defende.



Fernanda Maria Vieira

“Acho que o ANDES-SN tem uma tarefa grandiosa nessa conjuntura que a gente está passando, pela importância que tem a categoria”, a avaliação é de Pedro Costa, da Universidade Estadual do Ceará. Pela primeira vez em um congresso do ANDES-SN, ele destaca o protagonismo do Sindicato Nacional. “Sobretudo, nesse último período de greve geral. Tem sido um congresso muito importante. Acho que é um marco por conta da conjuntura”, avalia.



Pedro Costa

Professor na Universidade Federal do Maranhão e da direção da Associação dos professores da UFMA, Michael Carvalho participa pela primeira vez de um congresso do Sindicato Nacional. “Eu destaco os grupos mistos como o espaço mais positivo. Em pequenos grupos, você tem a possibilidade de

intervir, inclusive para quem não tem muita experiência em grandes plenários”, avalia.

Para o docente, o congresso é um espaço de formação política. “Aqui temos discussões que nem sempre estamos habituados a fazer, tanto em relação aos conteúdos dos debates, quanto da forma”. Michael argumenta que participar do congresso é educativo. “É um engajamento político no sentido de compreender esses processos de formação coletiva, o congresso se constitui um espaço de formação política por esses aspectos”, pontua.



Michael Carvalho

Também da Universidade Estadual do Ceará, Virgínia Assunção Viana destaca que a pauta do congresso permitiu uma significativa discussão política, sobretudo nos Grupos Mistos. “O trabalho nos grupos é muito interessante, porque a gente tem a possibilidade de aprofundar os TRs, as teses”. Em sua avaliação, a forma como os grupos funcionam acabam permitindo que a plenária seja contemplada com as discussões de todos os TRs. “É um processo mais democrático, mais amplo. E tem o cuidado da gente poder vencer alguns debates que são caros à profissão. A intensidade das discussões daqui já remete a gente para dar um retorno à nossa base. Temos grandes desafios na nossa universidade”, afirma.



Virgínia Assunção Viana

Em Belém, ANDES-SN participa de ato pela causa indígena

No final de tarde do dia 31, em Belém (PA), aconteceu um ato político cultural pela causa indígena. Uma parte da delegação do 38º Congresso do ANDES-SN participou. O ato encerrou o #JaneiroVermelho – Sangue Indígena, nenhuma gota a mais, organizado nacionalmente pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB).

A manifestação partiu da Praça da República e percorreu as ruas do centro da cidade. Os povos Tembé, Amanayé, Wai – Wai estiveram presentes, assim como os “parentes” venezuelanos Warao. O ato teve apoio do movimento social e sindical, estudantil, militantes de partido de esquerda e simpatizantes da causa indígena.

O aumento de execuções de lideranças e as invasões de terras indígenas, principalmente após a eleição de Jair Bolsonaro, foram denunciados. A exigência de derrubar a Medida Provisória (MP) nº 870 também esteve presente. Assinada pelo presidente, a MP transfere para o Ministério da Agricultura, Agropecuária e Pesca (MAPA) a atribuição de demarcar terras indígenas.

“As nações indígenas historicamente foram massacradas pelos ruralistas nesse país. Entregar para essas pessoas o papel de demarcação é confirmação de como vai ser a guerra dos povos indígenas com esse governo”, afirmou Marquinho Mota, coordenador do Fórum da Amazônia Oriental (FAOR).

O presidente do ANDES-SN, Antonio Gonçalves, ressaltou o total apoio do Sindicato Nacional à causa indígena: “Somos



FOTOS: ERAILDO PAULINO / ADUFA

centenas de professores reunidos no Congresso aqui em Belém. E queremos declarar total apoio à causa indígena e dizer que não nos calarão. Não calarão a universidade, nem os povos indígenas. Não calarão a voz da classe trabalhadora”, declarou.

O índio Ronaldo Amanayé lembrou que desde a invasão portuguesa os povos indígenas resistem e não se intimidarão. “O presidente e a sua cúpula declararam que não vai ter demarcação. Nós, povos indígenas, vamos fazer demarcação de forma autônoma. Não vamos mais deixar que plantem soja em solo regado por sangue indígena”, profetizou.



Brincadeira e aprendizado no espaço de convivência do 38º Congresso

Enquanto os adultos debatiam a luta em defesa da educação pública no Brasil, as crianças desenhavam, pintavam, brincavam de massinha, assistiam filmes, jogavam bola, pulavam na piscina e aprendiam. Essa foi a rotina no Espaço de Convivência do 38º Congresso do ANDES-SN, que aconteceu na Universidade Federal do Pará (UFPA), em Belém.

Preparada especialmente para atender os filhos dos professores que estavam no evento, o espaço deu tranquilidade para que os delegados participassem dos debates. Para as crianças, além das brincadeiras, teve estudo de matemática, raciocínio lógico e ciências sociais.

"Não é só o trabalho aleatório de vir e se divertir, tem uma educação de base, temos materiais específicos de fração, de matemática, quebra cabeças de linguagem, estudos sociais, coisas lúdicas, mas que tem um objetivo pedagógico", explicou Lia da Costa, professora responsável pelo espaço montado na sede social da Associação dos Docentes da UFPA (Adufpa – Seção Sindical do ANDES-SN).

A equipe contou com cinco pedagogas residentes para cuidar das 11 crianças cadastradas. Além das pedagogas, a equipe tinha cozinheiras e um bombeiro

salva-vidas à borda da piscina.

De acordo com Lia, a dinâmica desenvolvida possibilitou trabalhar relações sociais. "Cada criança trabalha com independência: eles se servem na hora das refeições, botam o suco, jogam na lixeira, pegam o descartável para lavar e utilizar na sala de arte. Cada um tem o seu copinho", completou a professora de matemática, que trabalha como pedagoga na Ilha de Marajó.

Familiares elogiam espaço

Não é a primeira vez que um espaço assim é montado em um Congresso do ANDES-SN. A iniciativa foi aprovada no 34º Congresso do Sindicato Nacional, realizado em Brasília (DF), em 2015.

Andréia Moassab, da Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Sesunila – Seção Sindical do ANDES-SN), aprovou o espaço de convivência na sede social da Adufpa-SSind, ressaltando a qualidade da alimentação. Ela destacou a relevância do espaço para a igualdade de gênero.

"Estou achando genial a organização. É um espaço agradável, as educadoras são residentes de pedagogia, há uma diversidade de atividades para as crianças. O fato de ter a cozinha no local é muito importante. Antes de eu vir, o almoço

da minha filha era uma preocupação, porque os horários do congresso são variáveis. Tem almoço, lanche e janta, com alimentação saudável. Tem sido uma agradável surpresa", disse.

A docente lembrou, no entanto, que a impossibilidade de troca entre delegados poderia ser um entrave. Ela argumentou que um eventual problema com a filha poderia tirá-la de votações importantes no Congresso.

Arley da Costa, da Associação dos Docentes da Universidade Federal Fluminense (Aduff – Seção Sindical do ANDES-SN), também elogiou o espaço de convivência.

"O espaço facilita a atuação no congresso. Em vez de ter que organizar toda uma estrutura em casa, deixar o filho com parentes, etc. Saber que nossos filhos estão bem cuidados, com atividades, que estão se divertindo facilita muito a participação. A creche impede o conflito entre a atuação no congresso e a relação familiar", explicou Arley.

Ele destaca que a divulgação da creche ter sido feita com antecedência foi muito importante. Além disso, ele elogiou as atividades recreativas: "As crianças gostam muito das atividades que demandem esforço físico. O meu filho voltou satisfeito, adorou a piscina", contou.



Refeições saudáveis, muita brincadeira e aprendizado. Essa foi a rotina no Espaço de Convivência do 38º congresso.



No primeiro dia do 38º Congresso, as encantarias, lendas amazônicas e ritmos regionais também foram retratados nas apresentações da Associação Cultural Iaçá.



No último dia, o grupo Paranativo trouxe o Carimbó e outros ritmos regionais para o Plenário.

Universidade e Sociedade nº 63 é lançada durante Congresso do ANDES-SN



Erlando Rêses: "O conhecimento deve atender a sociedade"

A edição de nº 63 da Revista Universidade e Sociedade foi lançada durante o 38º Congresso do ANDES-SN. Com o título "A Reforma de Córdoba: permanência e rupturas nas lutas pela educação pública e gratuita", a publicação homenageia o movimento estudantil que lutou pela transformação da universidade.

"A Reforma de Córdoba buscava dar sentido social à produção acadêmica", diz Ana Maria Ramos, docente da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), 3ª vice-presidente do ANDES-SN e do Conselho Editorial da U&S.

Ela destaca que as mobilizações de 1918 na Argentina geraram intensas repercussões em outros países. "Dali para frente, a Universidade de Córdoba passou a ser um exemplo para estudantes e professores. Teve repercussão na América Latina como um todo", explica.

Membro do Conselho Editorial da Revista U&S e docente da Universidade de Brasília (UnB) e 3º tesoureiro do ANDES-SN, Erlando Rêses destaca que aquele movimento estudantil reivindicou uma universidade mais próxima da sociedade. "Os estudantes vêm mostrar que a universidade deve ser outra, com um vínculo maior com a sociedade, sempre

no sentido da melhoria da condição de vida da classe trabalhadora". Além do valor histórico, Erlando diz que aquela mobilização estudantil deve servir de inspiração para os dias atuais. "Apesar de mais de 100 anos de sua lembrança, é interessante nos inspirarmos nela, para que a nossa luta possa vir com força, garra e energia, num momento de muitos ataques à educação pública e gratuita", diz.

"O conhecimento deve atender a sociedade", defende Erlando, argumentando que esse é um dos legados de Córdoba. Para isso, "é importante que esse conhecimento seja público", diz. E Ana Maria Ramos complementa: "Isso, indiretamente, coloca a gratuidade do ensino". Para a docente, sem financiamento público, a pesquisa a universidade pública será empurrada para a iniciativa privada.

Erlando pontua que há na academia propostas que atendem a interesses privatistas, o que reforça a necessidade da luta do ANDES-SN. "A nossa luta tem que ser mais forte para isso não se aprofundar. Porque o ataque desse governo é uma entrega maior da educação para grandes corporações", diz. Criticando as medidas que reduzem o financiamento das universidades públicas Ana Maria Ramos destaca: "Um dos princípios do ANDES é recursos públicos para a educação pública".

Uma revista de dupla face

Em sua 63ª edição, a revista completa 30 anos. Tem a idade do Sindicato Nacional. "Ela atende bem a perspectivas e interesses do ANDES-SN em seus princípios e progra-

mas. É um instrumento de resistência, que serve à luta social", argumenta Erlando. Ana Maria explica que a revista tem uma "dupla face". "Ela tem uma função política, pois trata de temas ligados à universidade e à produção de conhecimentos. Ela tem uma função acadêmica, por ser um espaço para que os professores possam publicar", argumenta. Erlando complementa, dizendo que embora a avaliação dada pela Capes atraia pesquisadores, "a revista é um instrumento de divulgação das ideias, propostas e concepções do ANDES-SN".

Além de estar disponível no site do ANDES-SN, a revista Universidade e Sociedade tem a sua versão impressa. "A gente sempre defendeu que ela fosse colocada na internet, mas mantendo o registro impresso. A memória registrada no papel ninguém apaga", conclui Ana Maria.



Ana Maria Ramos: "A revista é um instrumento de resistência, que serve à luta social."